

Mulheres e política: notas sobre abordagens e Tempo Presente

Marla Luiza de Andrade Amorim¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a História do Tempo presente, seus aportes metodológicos e teóricos, bem como a inserção da pesquisa histórica neste campo historiográfico. Analisando assim as demandas do historiador como ser vivente neste Tempo Presente, a relação e o cuidado com as fontes e a metodologia da História Oral como aporte metodológico das pesquisas históricas no tempo presente. O trabalho a ser apresentado é parte da pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em História do Tempo Presente da UDESC. Tem como objetivo a atuação das mulheres no legislativo da cidade de Joinville em Santa Catarina, abordando a atuação de mulheres na política local de 1980 a 2013 e os desdobramentos atuais desta questão, bem como, a inserção da mulher no campo historiográfico e a questão da lei de cotas para as mulheres nos partidos políticos. Além de o próprio recorte historiográfico situar-se na história do tempo presente, a história oral, metodologia utilizada, também levanta questionamentos inerentes a este período historiográfico. Serão apresentados resultados parciais da pesquisa: Experiências das mulheres vereadoras e questões teóricas suscitadas pelo desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: política, mulheres, história-oral.

O que é história? O que produz o historiador? Como produz? Essas são algumas questões relevantes quando tratamos da ciência histórica. Apesar de haver debates que estabelecem a história como narrativa e estudo do passado, esse recorte temporal é questionável, principalmente na atualidade onde o campo histórico se alarga e se constitui também como estudo do presente, nesta perspectiva, é indubitável a relação do historiador com o tempo. Esse é um dos elementos da “operação historiográfica” (CERTEAU, 1999), o historiador opera no tempo e com o tempo, “fala” de um determinado lugar histórico e constrói narrativas sobre tais lugares.

Para Certeau, a operação do historiador está relacionada com alguns elementos tais como: lugar social, espaço e relações sociais; procedimentos de análises como metodologia e a narrativa que está relacionada a uma escrita histórica, a teoria e a epistemologia. Segundo o autor, o historiador liga idéias aos lugares, mas que lugares são da história? Todos os lugares e tempos, ou a história ainda é ciência do passado e sua verdade pautada em documentos escritos tal como preconizava a escola metódica? É necessário distanciamento entre objeto e historiador? A existência desse recuo é garantia de uma verdade histórica?

A noção de história-passado foi modificada definitivamente com a transformação que a Escola de *Annales* trouxe ao campo historiográfico, diferente da noção positivista de

¹ Graduada em História pela UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. Mestranda em História pela UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. Orientada pela Prof^a. Dr^a. Marlene de Fáveri. E-mail: amorinhah@yahoo.com.br

história-documento, história-passado, os *Annales* trazem uma “história problema”. O lançamento em 1929 da revista francesa “*D’histoire économique et sociale*” representou uma revolução historiográfica, apresentando-se como uma terceira via de análise entre o historicismo e o marxismo, ampliou os debates da história, trazendo para o campo historiográfico “novos problemas, novos métodos e novos objetos”. Os *Annales* inverteram os pólos historiográficos, com a máxima: “os problemas históricos são dados pelo presente”, há um alargamento das fontes e métodos bem como a aproximação da história com outras ciências sociais alterando assim, a relação da tríade tempo/espaço/sujeito.

A partir de então o historiador e a própria História tiveram seu campo dilatado, campo cronológico e conceitual da própria temporalidade, campo metodológico e das fontes históricas. Então, como lidar com esse arsenal é um dos questionamentos pertinentes ao historiador, principalmente do presente. Como lidar com essa história que encontra suas problemáticas no presente? Essa proximidade da história com o sujeito que a produz nos parece por vezes assustadora, essa relação é discutida exaustivamente pela História do Tempo Presente. À luz desse Tempo Presente percebe-se novas questões para a historiografia que se situam a partir dos processos históricos do século XX, trazendo ao debate outras abordagens para pesquisa, tomando como base os eventos da contemporaneidade e com isso os cuidados inerentes com fontes históricas, metodologia, subjetividade, distanciamento e proximidade do objeto histórico.

O Tempo Presente insere-se no campo historiográfico não somente como mero recorte cronológico, pois a própria temporalidade torna-se então objeto de reflexão, trazendo a baila operações metodológicas que caracterizam o trabalho do historiador do presente. Esse aporte metodológico é de profunda importância haja vista a parcial ou total ausência de recuo entre objeto e historiador. De acordo com os autores Chauveau e Tétart, (CHAUVEAU e TÉTART, 1999) esse campo historiográfico é amparado pelo pressuposto metodológico da História não somente como estudo do passado, mas com menor recuo e métodos peculiares é também estudo do presente.

De acordo com François Dosse, (DOSSE, 2012), a noção de Tempo Presente na França remete a própria criação do IHTP – Instituto de História do Tempo Presente - em 1978. Sua criação estava vinculada a ascensão da memória, busca de identidade, crise de paradigmas das ciências sociais e a incerteza sobre o presente e o futuro. Ainda sobre a criação do Instituto, Henry Rousso lembra que o objetivo do IHTP na sua criação era:

[...] trabalhar sobre o passado próximo e sobre a História Contemporânea no sentido etimológico do termo, ou seja, uma História (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos. (ROUSSO, 2009, p.202)

Pode-se afirmar que a História do Tempo Presente se insere na intersecção entre o presente e a longa duração, colocando assim, a celeuma de como esse presente é elaborado no tempo. Para Dosse, há uma singularidade na noção de História do Tempo Presente que residiria na “contemporaneidade do não contemporâneo”, “na espessura temporal do espaço de experiência e no presente do passado incorporado” (DOSSE, 2012, p.06). É importante salientar que esse Tempo Presente corresponde a uma nova concepção da operação historiográfica que se relaciona a um momento de crise da noção de futuro, que por consequência transforma nossa relação com o próprio passado, não é somente uma incisão na História contemporânea, tampouco se reduz a uma história imediata. Para o autor, a História do Tempo Presente difere da História Contemporânea clássica, pois, está em busca de uma densidade temporal, não é apenas um novo período historiográfico, é também uma história diferente que parte das orientações de um novo modelo, pautado na ruptura de uma temporalidade singular e linear.

Revisitando Chauveau e Tétart, verifica-se o destaque a três fatores que teriam colaborado para a afirmação e desenvolvimento da história do presente: retorno de uma história política renovada – os historiadores do político são considerados a vanguarda da história do presente e a obra de Rémond² é marco para essa nova história política - o conflito de geração provocado pela necessidade de compreensão dos acontecimentos do século XX, por fim, uma demanda social, principalmente pós Segunda Guerra Mundial e o imperativo de esclarecimentos, tendo em vista o arsenal de informações decorridos da aceleração da comunicação. De acordo com Jean-Pierre Rioux, a expansão e afirmação da História do presente na França só foram possíveis, pois, uniu “(...) historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica” (RIOUX, 1999, p. 119)

Ainda sobre o debate do tempo presente, François Bédarida lembra que é este a “união e interação do presente e do passado”, e que é constituída de “moradas provisórias”, (BÉDARIDA, 2006, p. 221), uma história que se reescreve, corrige, acresce, é inacabada e incerta. Talvez essa incerteza seja o que causa, enquanto historiadores, maior inquietação,

²RÉMOND, René. Por uma história política. 2ª. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

pois como sugere Koselleck a própria temporalidade é repensada, o que temos são categorias meta-históricas, “um passado de experiência e um horizonte de espera, expectativa”. Essa forma de pensar a temporalidade histórica traz uma crise de paradigmas, do progresso e do devir, refletindo sobre o espaço da experiência e na nossa relação com o passado.

É imprescindível lembrar que a História do Presente traz à tona debates importantes, tais como: o arsenal de fontes, a utilização do testemunho, a história oral como metodologia, a própria reflexão sobre a narrativa e a subjetividade do historiador. Roger Chartier ao levantar esses questionamentos afirma que:

Para o historiador modernista, a história do tempo presente, pelo menos como ele imagina, desperta um mau sentimento: a inveja. Antes de tudo, inveja de uma pesquisa que não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra às vidas. Inveja também de recursos documentais que parecem inesgotáveis. (CHARTIER, 2006, p.215)

O autor também fala sobre o compartilhamento entre objeto e historiador de um mesmo espaço de experiência, de categorias e referências essenciais. Essa ausência de recuo temporal e mesmo a diversidade de fontes de pesquisa é entendida por muitos como perigosa, tendo em vista a noção da história como o estudo do passado. Essa reflexão sobre a narrativa histórica, bem como os elementos que fazem parte da produção historiográfica: relação com tempo, investigação, lugares sociais, a utilização de metodologia específica que legitime o trabalho do historiador, subjetividade e a busca incessante pela verdade histórica, são questões que permeiam todas as epistemologias históricas e na História do tempo presente esse debate se torna mais complexo, pois, como já mencionado, essa história é inacabada.

De acordo com Dosse, “[...] hoje o historiador é levado a explicitar de onde ele fala, a tornar mais transparente seu ofício, suas ferramentas, seu andaime, ou todas as mediações que lhe permitem a construção de sua trama” (DOSSE, 2012, p.13). O “aqui e agora” onde o historiador está inserido, as categorias e referências compartilhadas irão desempenhar influência no tipo de narrativa histórica desenvolvida, seja no passado ou presente. Essa subjetividade do historiador é ponto certo de debate em seu ofício, na história do tempo presente esse debate é profícuo, porque, diferente de outras escolas historiográficas onde a distância entre historiador e objeto é natural e inegável, no tempo presente a presença do historiador em seu tema é direta, é presença física e vivência histórica. Sobre esse debate da subjetividade e recuo historiográfico, Rioux diz:

[...] o argumento da “falta de recuo” não se sustenta, [...], pois, é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o

tempo, o famoso “recuo”. A ambição científica constrói, a boa distância, o seu objeto de estudo, métodos de investigação histórica acertados desde Langlois e Seignobos anestesiavam propriamente a carne de um presente alarmado, o questionamento rigoroso apazigua a desordem partidária. (RIOUX, 1999, p. 46)

Trabalhar com o tempo presente pode ser tão temeroso quanto trabalhar com a História medieval, a distância temporal não garante ao historiador um distanciamento do seu objeto de estudo, o que irá garantir o tão aclamado “recuo” e subjetividade é sem dúvida o rigor metodológico, científico que deve ser inerente ao ofício do historiador, que está inserido no tempo, em um contexto, em um lugar social. Caberá a ele saber lidar com a subjetividade no fazer histórico e estabelecer uma relação dialética com o contexto que está inserido. Esse debate é necessariamente fio condutor sobre qualquer pesquisa histórica, fica mais intrincado quando se trata da História do presente.

Essas demandas são parte das problemáticas que encontramos ao longo da pesquisa realizada sobre a atuação das mulheres no legislativo da cidade de Joinville em Santa Catarina. Tema este historicamente situado no Tempo Presente, que, aborda a atuação de mulheres na política local e os desdobramentos atuais desta questão, bem como, a inserção da mulher no campo historiográfico e a questão da lei de cotas para as mulheres nos partidos políticos. Além de o próprio recorte historiográfico situar-se na história do tempo presente, a história oral, metodologia utilizada, também levanta questionamentos inerentes a este período historiográfico, são essas problemáticas que serão discutidas de agora em diante.

Como já citado, o historiador está inserido no tempo, em um contexto que irá compartilhar vivências, valores, culturas, tudo isso se relaciona com os objetos de análise e o tipo de narrativa construída pelo historiador. Diante desses aspectos, a problemática escolhida para a pesquisa se relaciona diretamente com uma inquietação pessoal relacionada ao lugar social no qual estou inserida como historiadora. Trabalhar com a atuação de mulheres no legislativo da cidade de Joinville traz a tona histórias e memórias que não são conhecidas nem partilhadas na historiografia local. As mulheres que atuaram no legislativo da cidade não são lembradas, suas memórias e as suas trajetórias no espaço político, por muito tempo dominado pelo masculino, são submergidas pela autoridade de uma história política masculina local. Não há produção historiográfica neste sentido, o que há para rememorar-las, de uma maneira saudosista e não reflexiva, diga-se de passagem, é uma parede com quadros das mulheres que já atuaram na Câmara de Vereadores de Joinville.

O que ajuda a crescer essa inquietação e estabelecer o objeto da pesquisa é o pequeno número de mulheres eleitas como vereadoras. A pesquisa centra-se da década de 1980 até o ano de 2013, período em que oito mulheres foram eleitas, e uma que assumiu como suplente. Em 1955, foi eleita a primeira mulher vereadora da cidade, e somente em 1989 outra mulher foi eleita, ou seja, foram trinta e quatro anos para que outra mulher ocupe uma cadeira no legislativo joinvilense. Teresa Campregher Moreira é a primeira vereadora eleita após a redemocratização na cidade de Joinville, noticiado pelos jornais³ locais da época como a única mulher na bancada legislativa da cidade sendo conceituada como “a voz feminina” desta. Em outra publicação do mesmo jornal local “A Notícia”⁴, aparece uma nota salientando que a eleita quebrou um tabu na cidade, sendo a primeira mulher eleita por voto direto⁵, em seguida fala-se brevemente da vida pessoal, quantidade de filhos, estado civil e o nome do respectivo cônjuge. Com esses dados é necessário questionar como na maior cidade do estado de Santa Catarina, também o maior colégio eleitoral, apenas oito mulheres foram eleitas vereadoras. Como essas mulheres adentraram neste espaço predominantemente masculino? De que maneira essas mulheres compreendem sua atuação na política local e os desdobramentos atuais da inserção da mulher neste quadro? Através das memórias dessas mulheres pretende-se reconstruir narrativas ausentes sobre o espaço político joinvilense.

É significativo lembrar que as mulheres tiveram um lugar determinado por uma relação assimétrica que por muito tempo reservou-as ao silêncio, de acordo com Michele Perrot, se hoje é evidente a história das mulheres, ela antes não existia, escrever uma história de mulheres é romper o silêncio em que foram limitadas. “Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. É sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões.” (PERROT, 2012. p.16). Para a autora, essa invisibilidade das mulheres se deu através da pouca atuação nos espaços públicos que por muito tempo foram eminentemente masculinos, o acesso tardio as mulheres a escrita, a dissimetria sexual de fontes onde a escrita, discursos, construções, representações foram durante tempos de homens sobre as mulheres. Historiograficamente, a história social alarga a abordagem do feminino,

³ Em 1988 o jornal A Notícia de 18 de novembro, no seu caderno política lança as fotos de todos os eleitos, sendo dezessete homens e uma mulher, a voz feminina. Jornal A Notícia. 18 de novembro de 1988, caderno política, p. 5.

⁴ Jornal A Notícia. 19 de novembro de 1988, caderno política, p. 4.

⁵ O jornal refere-se como primeira vereadora eleita por voto direto na cidade, porém, cabe salientar que nas legislaturas de 1955-1959 e em seguida 1959-1963 Joinville teve como vereadora Matilde Amin Ghanem, como primeira vereadora da cidade. Porém, Teresa Campregher Moreira é anunciada como a primeira eleita após o período de redemocratização.

utilizando-se como ferramenta importante a interdisciplinaridade. Essa renovação historiográfica aliada ao movimento feminista que se expande a partir da década de 1960 foram fatores importantes no debate e reconhecimento das mulheres como “objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres.” (SOIHET, 2007, p. 285)

Através da história oral, é possível dar visibilidade as trajetórias de algumas mulheres da cidade de Joinville, mulheres que romperam a barreira imposta e adentraram ao espaço público. A autora Michele Perrot lembra que em todos os lugares, a fronteira política foi, e é, sem dúvidas, a mais difícil de transpor, visto que, a política é o centro de decisões de poder, logo as mulheres foram colocadas fora desse centro. É através da memória, da história oral como arcabouço metodológico que se pretende analisar os significados da vivência política dessas mulheres, suas trajetórias pessoais, suas construções sociais e políticas, adentrando em uma parcela do universo político partidário da cidade de Joinville.

Sobre a relação da história do tempo presente com a história oral, François Dosse, (DOSSE, 2012), afirma que a história do tempo presente é uma história sob vigilância, onde os testemunhos podem contestar a qualquer momento as narrativas nas quais não se reconhecem. Para o autor, a memória é erigida como objeto dessa história do presente e que deve ser utilizada com prudência. É inegável a relação direta da história do presente com a história oral, as fontes orais são marcadas pelo presente, o historiador do tempo presente está em contato direto com suas fontes.

Em seu livro intitulado “Usos e abusos da História Oral” (AMADO e FERREIRA, 2006), as autoras Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenam uma série de textos aprofundando a inserção e expansão da história oral como método historiográfico, salientam que fazer História Oral significa, produzir conhecimentos históricos, científicos, não se trata de fazer relatos ordenados da vida ou de experiências. Esse método historiográfico foi essencial para “dar voz aos excluídos da história”, diversos autores que trabalham com temas como operários, negros, mulheres, movimentos sociais e minorias em geral, utilizam-se desse aporte teórico-metodológico.

Philippe Joutard, (JOUTARD, 2006, p.43), evidencia que há dois momentos do desenvolvimento da História Oral, o primeiro ligado a uma história oral política, onde as entrevistas serviam de complemento para os documentos escritos e eram privilegiados os “atores principais”. No segundo momento, desenvolve-se uma história oral antropológica voltada para temas que se achavam presentes nas diversas experiências nacionais, das quais, o mundo do trabalho, as migrações, gênero e identidades faziam parte. De acordo com o autor,

na América Latina, o progresso da História Oral está intimamente ligado a escola de *Annales*, e que desde a década de 1970 acresceu no debate historiográfico das mulheres.

Assim, a História Oral é arcabouço metodológico da pesquisa sobre a atuação das mulheres no legislativo joinvilense, com isso, as responsabilidades são mais atenuantes, porque a pesquisa utiliza “fonte viva”, são indivíduos narrando sua trajetória de vida, suas experiências e vivências. Desta forma, a História Oral almeja representar as narrativas não como um tabuleiro de peças iguais, mas sim como um mosaico, onde os pedaços irão se diferir, coerentemente formando “o todo”, ou pelas gritantes diferenças rasgarão a trama histórica. Nesse sentido, estamos trazendo a superfície da narrativa histórica, o entrevistado e o entrevistador, elementos mutáveis, subjetivos e contraditórios, que fazem parte da própria memória. Sobre esses elementos característicos da memória, vale a reflexão de Ecléa Bosi quando a autora afirma:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1979. p.59)

Assim como a História do tempo presente, a História Oral apresenta vários questionamentos significativos e que o historiador deve refletir. Cabe aqui levantar alguns deles, a saber: o compartilhamento de experiências entre entrevistado e entrevistador, a falta de recuo temporal, as influências contextuais, ideológicas, políticas, culturais que constroem a “verdade” do entrevistado, a relação memória-passado-presente. Sobre essas questões Henry Rousso posiciona-se assim:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. (ROUSSO, 2006, p.94)

O autor também lembra que a memória é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros e, essa percepção muda, dependendo do lugar social do indivíduo. Essa reflexão é importante para a pesquisa em Joinville, pois, nos remete aos lugares sociais das entrevistadas, mulheres engajadas na política, vereadoras que ocuparam ou ocupam lugares sociais importantes na cidade. É Significativo pensar nos relatos que serão dados, nas narrativas que a memória dessas mulheres construirá ao longo das entrevistas, seus silêncios e suas convicções.

Para refletir um pouco sobre as questões até aqui alçadas, é importante compartilhar um pouco da experiência e vivência de uma das mulheres que compõem o objeto estudado. Trata-se da narrativa de Dalila Rosa Leal⁶, ex-vereadora e atual Gerente de Educação do Estado em Joinville. Para tanto foram utilizados trechos da entrevista para discutir e refletir a questão da memória, relação com o tempo presente, relação com a cultura política e outros elementos já mencionados anteriormente. Começo esboçando a relação entre “objeto de estudo” e historiador, pensando nas questões já citadas como distanciamento e subjetividade no ofício. Há uma relação de subordinação entre entrevistada e a entrevistadora, haja vista que a mesma na atualidade ocupa o cargo de gerente de educação do estado, e a entrevistadora é funcionária efetiva da mesma rede. Outra questão a ser levantada é o lugar social ocupado pela entrevistada, seus valores, seu pertencimento a um grupo, para tanto, ao ser perguntada sobre sua trajetória familiar, a mesma frisa:

Meu nome é Dalila Rosa Leal, sou de uma família tradicional aqui do Vale do Itapocú, nasci em Barra Velha, tenho sete irmãos...” “[...] eu sempre fui muito persistente, muito teimosa nas coisas que eu queria. E na vida política eu fui acompanhando o meu pai que era um líder na comunidade.

Nessa primeira passagem já observamos a afirmação do seu lugar social, sua significância e representatividade no grupo na qual pertence, família tradicional de uma determinada região, em seguida as afirmações de alguns valores pessoais que a caracterizariam como pessoa persistente em seus objetivos e ao final, deixa claro a importância da figura paterna como líder comunitário, expondo novamente um lugar social da sua família, e sua influência na trajetória política. Ao adentrar em sua trajetória pessoal, a militância política é aclamada constantemente, Dalila afirma que sua trajetória iniciou no PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, onde militou no bairro Floresta, bairro onde sua família morava quando chegou a Joinville. De acordo com Dalila: “E na época a gente era jovem, participava da juventude e participava de uma série de eventos nos bairros, a política era muito forte nas famílias, nas comunidades onde predominavam esse desejo de estar participando da vida pública”. A narrativa mostra a importância dos bairros nesta construção e participação política, a entrevistada recorda: “Aqui em Joinville, nós tínhamos o subdiretório no bairro Floresta no qual fazia parte o meu pai...”. Sua militância política não ficou restrita a militância partidária, ela narra que fez parte do sindicato dos servidores do estado, onde: “a gente militou bastante, fiz greve, hoje não faço mais... Não porque estou aqui, mas eu, na última greve de 83, se eu não me engano, eu jurei não participar

6 Os trechos citados fazem parte da entrevista oral de Dalila da Rosa Leal concedida a Marla Luiza de Andrade Amorim, em Joinville no dia 26/11/2013 na 23ª gerência de educação de Joinville.

mais porque eu vi umas coisas que não gostei e achei que lutar não era isso, então, a gente pode lutar de outras formas.” Sua trajetória foi marcada pela militância partidária no bairro Floresta, bairro este que tem uma trajetória histórica e uma atuação política significativa na cidade. Ao relembrar da trajetória no sindicato dos servidores, faz questão de afirmar que já participou de greves e que hoje, não porque ocupa o cargo de gerente da educação, este de indicação política, não faz mais greve por não acreditar que este movimento tenha eficácia.

A entrevistada salienta a importância da figura materna na sua construção social e política, afirma que na sua casa o envolvimento das mulheres na política era incentivado tanto pelo pai, quanto pela mãe, não restrito a ela, também aos irmãos. Sua família era composta de dois homens e cinco mulheres, foram criados com “bastante liberdade”. Dalila rememora seus pais afirmando:

[...] eu sempre digo isso em família, onde eu estou, que a minha mãe pela época que ela viveu ela era muito independente, porque ela era costureira e ela não dependia do meu pai, ela costurava e dependia do trabalho dela. E ela ensinou muito isso, muito fortemente pra gente, vocês têm que ser umas pessoas, ter a família, mas não depender, ser independente e ao mesmo tempo ter a convivência harmoniosa, ela sempre passou esses valores pra gente. É, e na verdade ela foi muito guerreira, muito forte sabe? E o meu pai ele só disse: Minha filha nas condições de vereadora ou de militante, o pai só pede uma coisa pra você, que você seja profissional, ética e moral. Não vá pra lá se favorecer, vá pra trabalhar. Então isso eu tive muito presente, principalmente quando ele estava vivo, porque me cobrava muito sabe? Então às vezes saía muita crítica no rádio e televisão, e às vezes ele ficava chocado e eu disse: pai, não é isso pai, as coisas não são assim! Então, eu tinha que estar explicando todo o tempo. Quando chegou agora no final ele já estava com a idade mais avançada, ele não compreendia muitas coisas, então eu dizia pra mãe: Mãe, no horário desses debates a mãe desliga o rádio! Porque muitas vezes ele não entendia, então eu não vou decepcionar o senhor, pode ter certeza.

Em toda sua narrativa a influência da família na sua construção como mulher política é lembrada, desde os valores ensinados pelos pais até mesmo a própria filiação partidária no PMDB, a figura paterna aparece sempre como exemplo de conduta a ser seguida, isso é muito forte na própria expressão “não vou decepcionar o senhor, pode ter certeza”. Os ensinamentos da mãe e principalmente do pai são muito marcantes em sua vida pessoal e principalmente na vida pública como figura política da cidade.

O meu pai tinha por meta, todo filho que completasse dezoito anos ele levava no fórum e saía do fórum ele filiava no PMDB. Então, todos os filhos foram filiados ao PMDB, todos, alguns nem entendia o porquê, mas outros... Como eu andava muito com ele, eu gostava muito das coisas que ele fazia sabe? Eu me pautava muito na figura dele. Então, aquilo pra mim foi uma alegria quando eu me filiei né? Quando eu fiz a assinatura lá e tal. Mas, todos os filhos ele filiou ao PMDB, todos! Ele era muito, muito partidário mesmo sabe?

A entrevistada ressalta ainda que ao se casar em 1972, seu esposo não tinha muito envolvimento com a política partidária, e foi a partir da sua influência que o marido passou a se envolver com a política local. Ela lembra que na época do namoro, seu pai o filiará ao

PMDB, partido em que continua até hoje.

É importante abordar Serge Berstein e sua noção de cultura política para contribuir e problematizar essa relação exposta pela entrevistada entre família e política. Essa noção de cultura política está inserida na História do Tempo Presente e ao retorno do político iniciado por Rémond, com isso temos um alargamento da política para além do Estado, inserem-se então os discursos, representações, experiências, símbolos, o que remonta significados as sociabilidades de determinados grupos sociais. Sobre a noção de cultura política, Berstein afirma:

Porque a noção é complexa, a sua definição não poderia ser simples. Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política. (BERSTEIN, 1998, p.350)

O autor aborda esse sistema de representações, códigos, referenciais que são difundidos em um grupo de forma plural, não há uma cultura política, contudo, culturas políticas que formam um conjunto coerente de valores, conceitos que imbricados formam uma visão de mundo e conferem identidade ao grupo e ao indivíduo que o partilha. Outra questão importante abordada por Berstein e visivelmente presente na narrativa da entrevistada, são os vetores de disseminação e integração da cultura política: “Em primeiro lugar, a família, onde a criança recebe mais ou menos diretamente um conjunto de normas, de valores, de reflexões que constituem a sua primeira bagagem política, que conservará durante a vida ou rejeitará quando adulto.” (BERSTEIN, 1998, p. 356). Segundo o autor há outros vetores importantes como a escola, universidade, exército, trabalho e não há uma influência exclusiva, a ação é variada e por vezes contraditória, formando a cultura política do indivíduo ou grupo.

A partir dessa análise da cultura política, observamos o interesse dos historiadores pelo tema, onde se pode perceber as visões de mundo e representações de sociedade do indivíduo. Para o autor, esse interesse está dividido em dois aspectos: individual, que permite através dos discursos, argumentos, gestos, descobrir as origens do indivíduo, conferir coerência aos seus comportamentos. E no segundo aspecto o coletivo: que permite a compreensão de grupos organizados em torno de uma cultura, visão de mundo, leitura partilhada do passado e perspectiva de futuro. Essa noção é presente na narrativa da Dalila, na determinante atuação da família como vetor dessa cultura política partidária, na sua visão de mundo e representação que faz da sociedade. Em toda narrativa o PMDB é erigido como sua “escola na política”, diz que quando saiu do partido em 2004, sua família toda pediu para que ficasse; ela diz que foi

para o PSL – Partido Social Liberal – porém, seu coração ficou no PMDB, mostrando que os laços que a unem aquela agremiação partidária não são somente racionais, mas também emocionais, fazendo parte da sua trajetória de vida. No decorrer da entrevista, Dalila reforça sua saída do partido, dizendo que não havia espaço para que as mulheres crescessem:

[...] dentro de partido tu sabes que há os grupos que se fecham cá, se fecham lá, e daí, eu acho que por ser mulher também, eles não abrem muito para as mulheres sabe? Não abriam na época né? Hoje está mais liberal, [...] eu pensei em sair pra pegar um partido pequeno pra eu construir da base, pra ver como é que a coisa funciona. Tinha espaço nos bastidores que às vezes a gente não tinha entrada, porque era só pra vereador, pra isso, pra aquilo... entendeu? Então tem coisas assim, reuniões que você não participa, e eu queria conhecer, eu tinha muita curiosidade de conhecer o chão assim né? E o partido pequeno me deu essa liberdade, me ensinou totalmente, foi uma escola pra mim.

De acordo com Clara Araújo, a partir de 1990 cresceu no Brasil o debate sobre o acesso das mulheres na representação política, a autora leva em consideração três aspectos que articulados contribuíram para o aprofundamento do debate: O feminismo, sua legitimidade enquanto movimento e suas demandas; o aumento das conquistas femininas na sociedade e o contraste da pequena inserção das mulheres nas instâncias decisórias de poder; novas políticas e ações para o enfrentamento das desigualdades de gênero, incluindo a adoção das cotas. Para autora, é necessário considerar alguns aspectos no que tange a participação das mulheres nos partidos e seu ingresso aos cargos eletivos e de representação política:

[...] faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também no interior dos partidos -; as características sócio-econômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário. (ARAÚJO, 2005. p. 193.)

Ao falar sobre a relação entre homens e mulheres vereadoras na Câmara de Joinville, Dalila lembra a experiência afirmando:

[...] segundo eles, os vereadores mesmos, que já estão há mais tempo lá, eles mesmos falavam, que depois da entrada das mulheres na câmara, a câmara se tornou diferente. É, inclusive nos debates, uns debates assim mais calorosos, mais educados, com menos brigas. E era engraçado porque às vezes quando eles partiam para aquelas brigas de macho, de homem mesmo, a gente: Não, deixa disso, vamos conversar... entende? A gente interferia de uma maneira..., da maneira feminina de pensar mesmo, de agir. Então, eles mesmos falavam que depois da nossa entrada na câmara melhorou o relacionamento, a harmonia, os diálogos, as reuniões, embora houvesse brigas. E se a gente não se cuida a gente acaba ficando como eles, entende? Então, eu vejo assim que a gente sempre tem que estar se policiando.

Mesmo assegurando que não sentia muita diferenciação no tratamento dado as mulheres vereadoras, ela narra que houve sim uma mudança de comportamento entre os homens da casa legislativa em virtude da presença das mulheres. Afirma a adoção por parte das vereadoras de “atitudes femininas”, atribuindo assim valores conferidos aos sexos e comportamentos socialmente esperados. No que tange a cobrança feita aos homens e mulheres na política ela diz: “[...] a mulher ela tem sempre que estar provando que ela é boa, toda vez tem que estar provando, porque é mulher entende? Porque o homem, ele faz qualquer bobagem lá, a mais se é mulher... A própria mulherada cobra isso da gente.” Cabe neste momento a reflexão de Miguel e Biroli que afirmam:

A mera presença de mulheres no parlamento, por mais necessária que seja, não representa capacidade igual de influência na formulação de políticas e na produção das representações do mundo social. A associação entre as mulheres e os temas de menos prestígio no campo político contribui para mantê-las em situação periférica e cobra, daquelas que ainda assim são capazes de ascender, o ônus de romper com as expectativas sobre seu comportamento. (MIGUEL e BIROLI, 2011, p.122)

Outro fator vivenciado pela entrevistada é a expectativa sobre o comportamento social, dando conta que este comportamento recai muito mais sobre as mulheres, e evidenciando que as mulheres que se inserem na política têm que lutar para romper dois muros: o que as impede de chegarem aos espaços de poder e o que as pressiona a um padrão e comportamento socialmente esperado e aprovado para elas. Sobre sua percepção acerca da política atualmente, Dalila assim comentou:

[...] nós não podemos afirmar hoje em pleno 2013, que é machista, não, eles nos respeitam muito até, e isso a gente pode sentir lá na câmara, sabe? Quando você ia pro embate, quando você ia para uma discussão, o respeito que eles tinham pela gente. Então, isso nós já conquistamos ta? Nós temos que conquistar agora é mais espaço para as mulheres, é o mesmo atendimento que se dá a homem na questão do financiamento, nós termos também, a mesma valorização.

Neste depoimento, percebe-se o reconhecimento de um espaço já conquistado pelas mulheres no legislativo de Joinville, mas também que há muito que se fazer e transformar para que haja a garantia efetiva da participação das mulheres no espaço político, nas câmaras legislativas das diversas esferas e principalmente nas esferas de decisão. É fato que vários avanços históricos importantes ocorreram para a participação das mulheres na cena pública, tanto no Brasil como fora dele. Todos esses avanços foram conquistas das mulheres que organizadas pressionaram e interferiram quer na produção de legislação que as incluíssem, quer na visibilidade de demandas específicas, nas lutas partidárias e ainda na própria presença nesses espaços. Na atualidade, esta inclusão parece simples, mas é preciso

levar em conta e historicizar as lutas que vem de longa data.

Assim, ouvindo as personagens mulheres, suas memórias e suas expectativas, percebe-se que as discussões do tempo presente apresentam-se como fundamentais na construção de um horizonte histórico reflexivo sobre temas que outras escolas historiográficas e metodológicas não abordam. Neste sentido, na pesquisa sobre a atuação das mulheres no legislativo de Joinville, através da metodologia da história oral, pretende-se estabelecer um diálogo entre a memória as experiências e vivências das mulheres que atuaram e atuam no cenário político, trazendo para o debate algumas “moradas provisórias” desta história do tempo presente de Joinville.

Referências

- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, nº24; p.93-215. Junho. Curitiba, 2005.
- BÉDARIDA, François. **Tempo presente e a presença da história**. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.219-229.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX e SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.
- BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo, SP. T.A. Editor, 1979.
- CERTEAU, Michel De A Operação Historiográfica. In: **A escrita da história**. p. 65-109. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218.
- CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, V.4, n.1, p.5-22. Jan/jun.2012.
- JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 43-61.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. **Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA, SÃO PAULO**, v.24, N.1, p.77-98, 2005.
- PERROT, Michele. **Minha história das Mulheres**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2012.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.
- RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. p.

119-126.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.

ROUSSO, Henry. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.27, p. 281-300. 2007.

TERNES, Apolinário. VICENZI, Herculano. **Legislativo de Joinville subsídios para sua História**. Joinville: Editora Letra D'Água, 2000.

Periódicos

Jornal A Notícia. 19 de novembro de 1988, caderno política – Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, p. 4. Joinville, 1988.

Jornal A Notícia. 18 de novembro de 1988, caderno política – Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, p. 5. Joinville, 1988.

Entrevista Oral:

LEAL, Dalila da Rosa. Entrevista concedida a Marla Luiza de Andrade Amorim, em Joinville no dia 26/11/2013, na 23ª Gerência de Educação de Joinville.